
A Reforma Protestante e a educação pública: uma reflexão a partir do pensamento de Martinho Lutero

ELIZÂNIA SOUSA DO NASCIMENTO*

Resumo

A educação pública e de responsabilidade do Estado tem sua origem em reivindicações propostas pela Reforma Protestante. Apresenta-se, neste artigo, este movimento religioso do século XVI inserido em um longo contexto histórico, político e cultural. A partir de cartas e sermões, analisa-se o pensamento educacional de Martinho Lutero, reformador alemão. Assim, destaca-se que, para Lutero, a escola deveria ser de responsabilidade das cidades alemães com o objetivo de atender, principalmente, as crianças cujos pais não podiam custear um professor particular. O conteúdo dessa escola seria primeiramente bíblico, mas não restrito a este. O espaço deveria preparar meninos e meninas para o desempenho de papéis sociais específicos. Assim, as meninas seriam preparadas para o desempenho de funções do espaço privado do lar, enquanto os meninos receberiam uma educação para o exercício de atividades no espaço público e político. Apresenta-se, ainda, traços do pensamento de Lutero sobre a docência e a valorização do professor, seu ideal para as bibliotecas reformadas e o recuo desse reformador quanto ao princípio da livre interpretação do texto bíblico, proposta inicial da Reforma Protestante. No diálogo com a historiografia do campo educacional, são propostas questões acerca das interpretações dadas ao pensamento de Lutero por Lorenzo Luzuriaga (2001) e Aníbal Ponce (1991). Por fim, são destacadas

* Professora Assistente I da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

possibilidades de diálogos entre o pensamento luterano e a contemporaneidade educacional brasileira.

Palavras-chave: *Educação Pública. Reforma Protestante. Martinho Lutero.*

Introdução

O conhecido termo “Reforma Protestante” foi consagrado pelo tempo para designar o movimento de caráter contestador que surgiu no interior da Igreja Católica. Seu principal expoente, o monge agostiniano Martinho Lutero, condenou, através de 95 teses fixadas nas portas da igreja de Wittenberg, em 1517, o comércio de indulgências praticado com a autorização papal. Excomungado pela igreja e protegido pelo príncipe Frederico, da Saxônia, Lutero tem uma assegurada liberdade para tratar sobre vários assuntos propondo uma reforma em várias áreas da vida na Alemanha, entre elas, a educação. Reconhecendo o poder desta na divulgação e consolidação do movimento reformador e diante da pergunta que os alemães agora faziam – “para que nos serve a escola se não mais precisamos formar padres? –, Lutero passou a defender, através de cartas e sermões, o seu ideal educacional.

Através da escrita epistolar e pregação de sermões publicados na Alemanha da época, Lutero desafiou as autoridades políticas a se responsabilizarem pela educação. Também, a partir dessas publicações, discutiu sobre várias áreas, como modelos educacionais, docência, conteúdos, inclusão educacional feminina, bibliotecas, entre outras. As variadas interpretações dadas ao seu projeto educacional, em contraposição à leitura que se faz da sua obra, propõem diálogos, suscitando novas perguntas para a escrita historiográfica no que se refere ao tema.

Considerações sobre o contexto histórico da Reforma Protestante

O humanismo provocado pela volta às fontes da cultura grega, a revitalização cultural, as novas invenções, o ressurgimento da cidade e do comércio, o prazer pela vida terrena e as contestações à Igreja Romana são consequências de uma longa construção e reconstrução que encontram no século XVI o seu apogeu. O Renascimento e a Reforma Protestante não são acontecimentos abruptos, repentinos, nem méritos de personagens circunscritos apenas a uma época. Antes, progressivamente, as bases necessárias ao seu surgimento foram lançadas em períodos que lhes antecedem.

O antropocentrismo da Idade Moderna é consequência de uma longa discussão instalada desde o século XIII. Ariès e Duby (1990) destacam que o indivíduo, a emergência do “eu”, surge na escrita por volta de 1202, em uma sociedade teocêntrica de perífrases impessoais que começava a defender a autonomia e a primeira pessoa do singular. O surgimento da autobiografia e do diário pessoal também revelavam uma crescente individuação. O ser humano universal defendido pelos realistas, que afirmavam a pouca importância das diferenças individuais, foi questionado a partir do século XI pelos nominalistas, defensores da razão humana e do indivíduo, o que “[...] faz vislumbrar o racionalismo burguês, marca fundamental da idade moderna.” (ARANHA, 1996, p. 74).

Já no século XII, o Ocidente experimentou um crescimento na economia impulsionado pela agricultura, o que ocasionou o ressurgimento da estrada, da moeda e, conseqüentemente, da cidade. A partir daí, se transportaram

[...] pouco a pouco para a cidade todos os sistemas de controle e os fermentos de vitalidade, em que a moeda começa a desempenhar no mais cotidiano da vida um papel capital, em que por toda parte se difunde o uso da palavra ganhar (ARIÈS; DUBY, 1990, p. 506).

Nos arquivos deste período se encontram numerosas menções a arcas e bolsas, revelando um crescente desejo de acúmulo que resultará no surgimento da classe burguesa no século XVI.

Ainda no século XII, a escola conhece o “debate”, que se coloca no lugar da aula magistral, onde “[...] duas pessoas em confronto rivalizam entre si como no torneio” (ARIÈS; DUBY, 1990, p. 506). É também nesse período que nasce a universidade, procurando-se ampliar o estudo não só das artes liberais, “[...] mas da filosofia, teologia, leis e medicina, a fim de atender às solicitações de uma sociedade cada vez mais complexa” (ARANHA, 1996, p. 79). A universidade torna-se um centro de efervescência intelectual e a Igreja vê muitos dogmas sendo contestados.

Na arte, a partir de 1125, há um desejo pela perfeição humana; lábios, olhares, tornam-se cada vez mais vivos, antecipando traços do que Michelangelo ofereceria à capela Sistina no século XVI (ARIÈS; DUBY, 1990).

No campo religioso, surgiu na Inglaterra do século XIV o reformador João Wycliffe (1328-1384) que, condenando a imoralidade de clérigos, defendia o despojamento dos seus bens, que segundo ele, era a fonte da corrupção (CAIRNS, 1988). Além disso, a partir de 1378, passou a se opor aos dogmas da Igreja Romana e, em 1382, atacou a autoridade papal. Aqui, como futuramente na Alemanha de Lutero, esse reformador foi protegido por reis e nobres que, movidos por interesses nacionalistas, se interessavam pela possibilidade de poder sobre os bens que a Igreja detinha em seu território, bem como pelo fortalecimento monárquico.

Politicamente, o conceito de um Estado universal dirigido pela Igreja dava lugar ao conceito de Estado nacional. Foi Wycliffe quem primeiro traduziu o Novo Testamento para o vernáculo inglês, tornando a Bíblia acessível ao povo em sua própria língua. Tal fato indica que a substituição do latim por uma língua nacional antecede à iniciativa da Reforma do século XVI.

Influenciado por Wycliffe, destacou-se na Boêmia João Huss (1373-1415), cuja pregação coincidiu com “o surgimento de um sentimento nacionalista boêmio contra o controle da Boêmia pelo Santo Império Romano” (CAIRNS, 1988, p. 206). Sua recusa diante da exigência de retratação o levou à fogueira por ordem do Concílio de Constança (1414-1418).

Na Florença, Savonarola, um monge dominicano (1452-1498), tentou reformar o governo público e o da Igreja, mas, ao condenar através de sua pregação a vida desregrada do papa, foi enforcado. Para Wortmann (1997, p.68)

[...] a crise religiosa foi parte, ao mesmo tempo constituinte e constituída, de um complexo contexto; um contexto geral de dúvidas e de inovações, entre certezas evanescentes do medievo e as novas certezas que iriam configurar um mundo moderno.

Na geografia, o conhecimento humano passava por consideráveis mudanças entre 1492 e 1600. Os mares tornaram-se as estradas do mundo e as rotas marítimas que conduziam às riquezas do oriente antigo já eram realidade. Uma nova classe, formada pela pequena nobreza da cidade, por proprietários livres e pela classe mercantil, ascendia socialmente, pondo em xeque a organização social horizontal da Idade Média. Foi essa classe que, no noroeste da Europa, garantiu as mudanças introduzidas pela Reforma Protestante do século XVI (ARIÈS; DUBY, 1990).

Como se percebe, a Reforma Protestante está situada dentro de um longo e complexo contexto histórico no qual a Igreja Católica Romana determinava o modelo de homem a ser formado, garantindo sua estadia no poder por vários séculos no Ocidente. Por vezes, essa Igreja lançou mão de conteúdos estranhos à sua dogmática, submetendo-os à doutrina cristã, sustentáculo do conhecimento medieval. No entanto, as lacunas não preenchidas por esse árduo trabalho propiciaram o surgimento e o redescobrimto da crítica humana que, ainda que lentamente, foi conquistando o espaço outrora perdido, transformando-o.

Nesse contexto, as ideias luteranas, preconizadas no campo religioso por Wycliffe, Huss e Savonarola, encontraram o ambiente e a força política e cultural que precisavam para sua consolidação, não no interior da Igreja Católica, como propusera Lutero, mas fora dela, em igrejas nacionais dirigidas pelo Estado.

Considerações sobre a iniciativa educacional de Lutero

As 95 teses fixadas por Lutero na porta da igreja do Castelo de Wittenberg em 1517 são consideradas marco da eclosão da Reforma Protestante. Nelas, o monge agostiniano propôs mudanças em diversos pontos da doutrina católica e a venda de indulgências é destacada como denúncia central em seu protesto. De movimento religioso, a Reforma passou a ser um movimento político, resultando em profundas mudanças que extrapolaram o território germânico.

Excomungado pelo Papa Leão X, em 1521, Lutero continuou sistematizando e divulgando suas propostas. Assim como o século XVI conheceu o pensamento renascentista através da imprensa inventada no século XV, por Gutenberg, a impressão do escrito também

favoreceu o movimento da Reforma Protestante. Sua repercussão, através do acesso a impressos cada vez mais baratos, possibilitou a popularização de reivindicações políticas que contribuíram para a alfabetização de amplos setores da sociedade alemã.

A partir de 1524, Lutero passou a tratar de um problema que assolava a Alemanha: as escolas estavam em abandono, as universidades pouco frequentadas e os conventos em declínio. O pensamento vigente era: “Já que o estado clerical não tem mais chance, também não nos interessa mais o ensino e nada mais faremos nesse sentido” (LUTERO, 1995, v. 5, p. 304). Lutero, então, usou a imprensa e o púlpito das igrejas para criticá-lo, apresentando às autoridades uma proposta de reforma na educação alemã e incentivando os pais a enviarem seus filhos à escola.

As autoridades públicas alemãs, destinatárias da carta “Aos Conselhos de todas as Cidades da Alemanha para que se criem e mantenham escolas cristãs”, de 1524, são, para Lutero, os principais responsáveis pela criação e manutenção de escolas. Assim, ele deu início a um processo histórico na educação: a responsabilização desta pelo Estado. No sermão de 1530, “Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola”, Lutero dizia que as autoridades devem até mesmo obrigar os súditos a mandarem seus filhos à escola (LUTERO, 1995, v. 5, p. 374).

As cidades, segundo o reformador, deveriam ser responsáveis financeiras pelas escolas e sustento de professores. Sobre a docência, Lutero asseverou que esta função era tão desgastante que seu exercício não deveria ultrapassar doze anos. Dizia ele na referida carta de 1524:

Anualmente é preciso levantar grandes somas para armas, estradas, pontes, diques e inúmeras outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em paz e segurança temporal. Por que não levantar igual soma para a pobre juventude necessitada, sustentando um ou dois homens competentes como professores? (LUTERO, 1995, v. 5, p. 305).

Ainda sobre o trabalho docente, em um trecho do sermão anteriormente citado, Lutero o exaltou e criticou o pouco valor que se dava a esta função, à época:

[...] a um professor ou mestre dedicado e piedoso ou a quem quer que seja que eduque e instrua fielmente os meninos, jamais se pode recompensar o suficiente e não há dinheiro que o pague. No entanto, entre nós essa tarefa continua desprezada tão escandalosamente, como se não valesse nada” (LUTERO, 1995, v. 5, p. 379).

O conteúdo da escola preconizada por Lutero era primeiramente bíblico, mas não deveria ficar restrito somente a este. As artes liberais, o grego e o latim deveriam ser incluídos. Em uma crítica aos alemães que queriam ficar apenas com a Bíblia na língua alemã, dizia: “As ciências e as línguas, que não nos prejudicam, mas que, pelo contrário, nos servem de ornamento, proveito, honra e promoção (tanto para o entendimento da Sagrada Escritura como também para dirigir o governo secular), a estas queremos desprezar [...]” (LUTERO, 1995, v. 5, p. 310). Ainda sobre o aprendizado de outras línguas, Lutero enfatizou que as mudanças então experimentadas exigiam conhecimento linguístico que extrapolassem o da língua alemã.

Na carta de 1524, o reformador também estimulou a criação de bibliotecas, porém, nestas não entraria “toda sorte de livros indiscriminadamente” (LUTERO, 1995, v. 5, p. 324). Síntese de uma proposta educacional tanto religiosa quanto secular, a proposta representava o alcance de um movimento que logo percebeu os efeitos da proliferação heterodoxa do escrito. O acervo das bibliotecas reformadas deveria abranger livros de teologia, línguas, gramática, artes liberais, jurisdição, medicina e história. No entanto, suas orientações também eram claras sobre o que não deveria entrar nestes espaços ou no programa de leitura reformado: “Nada de leitura popular” (GILMONT, 1999, p. 54).

Tratando da reforma no ensino universitário, em sua carta “À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da melhoria do Estamento Cristão”, de 1520, Lutero também apresentou, a exemplo da contrarreforma católica, uma espécie de “*index*”, no qual condenou *Física, Metafísica, Tratado da Alma e Ética*, obras de Aristóteles que contradiziam a doutrina reformada. Do mesmo autor, sugeriu que fossem mantidos os livros *Lógica, Retórica e Poética*. Por fim, enfatizou que a lição mais importante e comum tanto nas escolas superiores, quanto nas inferiores, deveria ser a Bíblia. Gilmont (1999) destaca que, se por um lado, o escrito tornou-se meio de comunicação direta, por outro, o temor da heresia logo foi instaurado também no seio protestante. Assim, paulatinamente, a pregação e a elaboração de catecismos no movimento reformado assumiram o papel de controle e a promoção da leitura individual foi refreada. Perguntas e respostas elaboradas de antemão controlariam o que deveria ser aprendido, como se vê na 1ª *Pergunta do Catecismo Menor* (LUTERO, 1980):

- **Eu sou o Senhor, seu Deus. Você não deve ter outros deuses além de mim.**
- Que significa isto?
- Devemos temer e amar a Deus e confiar nele acima de tudo.

Para Boto (2017), o uso desses catecismos no cotidiano das escolas reformadas, possibilitou um controle exegético de interpretação do texto. Assim, a autora sugere que,

[...] talvez assim tenha surgido a crença no questionário como estratégia de verificação do aprendizado escolar, compreendendo-se que o formato das questões e das respostas reconstituiu os significados, apreendendo a essência do próprio texto.

Mais do que isso, cristalizou-se uma dada perspectiva segundo a qual, do ponto de vista estritamente escolar, para cada pergunta que a vida nos coloca, existirá sempre apenas uma resposta certa e todas as outras serão consideradas erradas. Paradoxalmente há um árbitro para a leitura do texto: é o professor quem

decide, na avaliação das respostas do catecismo, quais são, dentre elas, aquelas que correspondem às intenções do texto (BOTO, 2017, p. 114).

Quanto à educação à base de açoitões, Lutero falou sobre a criação de uma escola alegre onde as crianças aprenderiam brincando:

Ora, a juventude tem que dançar e pular e está à procura de algo que cause prazer. Nisto não se pode impedi-la e nem seria bom proibir tudo. Por que então não criar para ela escolas deste tipo e oferecer-lhe estas disciplinas? [...] tudo está preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e História com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, nos quais éramos torturados com declinações e conjugações, e de tantos açoitões, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada. (LUTERO, 1995, v. 5, p. 319).

Em oposição ao discurso do reformador, Luzuriaga (2001, p. 111) afirma que, na escola proposta por Lutero, “[...] a disciplina continuou tão rigorosa como nos tempos anteriores, predominando os castigos corporais”. Torna-se importante confrontar esta afirmação com o ideal luterano, pois, se houve uma permanência dos castigos físicos na escola reformada, não é no pensamento educacional do reformador que esta encontra sustentação.

Para Lutero, existia uma clara ligação entre o saber intelectual e o trabalho. O reformador tentou “[...] conciliar o respeito pelo trabalho manual produtivo com o tradicional prestígio intelectual” (MANACORDA, 2004, p. 197). No que se refere à ligação entre a educação que preconizava e o seu entendimento sobre a formação econômica da época, faz-se necessário ouvir suas palavras:

[...] o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem educados. Estes então podem acumular, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens. (LUTERO, 1995, v. 5, p. 309).

Evocando os romanos, Lutero exaltou a boa formação que estes davam aos filhos para o desempenho de suas funções no mundo. Assim, enfatizou a necessidade de um sistema educacional que preparasse não somente clérigos para a nova igreja, mas também pessoas qualificadas para a atuação no regime secular. Aqui, ao defender o envolvimento responsável do cristão com o mundo, a partir do trabalho, Lutero, suspeitando da tendência da autodisciplina ascética¹, deixou claro que o objetivo não era a salvação pelo trabalho e sim a glorificação de Deus através do exercício da vocação.

¹ Tendência que compreendia a salvação pelo trabalho.

Para Weber (2004), o conceito de vocação em Lutero permaneceu tradicional, ou seja, a vocação era tarefa confiada por Deus, algo que o homem deveria aceitar e, principalmente, se adaptar como a uma ordem divina.

Sobre o acúmulo e o correto uso de bens, é necessário conhecer o posicionamento de Lutero sobre as leis de comércio que ora se instalara na Alemanha. Sobre isso, o reformador publicou dois sermões: Pequeno sermão sobre a usura (1519), (LUTERO, 1995, v. 5, p. 205), e o Grande sermão sobre a usura (1520), (LUTERO, 1995, v. 5, p. 219), onde declarava que o comércio estava cheio de “diversos expedientes malignos” e “truques financeiros perniciosos”. Sobre os comerciantes, ele disse:

Os comerciantes têm uma regra comum entre si, que é seu lema principal e fundamento de todo negócio. Eles dizem: ‘Posso vender minha mercadoria tão caro quanto puder’ [...] Aí se dá espaço à ganância e se abrem todas as portas e janelas para o inferno. Desta maneira o comércio não pode fazer outra coisa, senão pilhar e furtar as posses dos outros. (LUTERO, 1995, v. 5, p. 207).

A análise desses sermões, como de outras publicações do reformador contra a ética da nova classe que surgia, propõe questionamentos sobre o entendimento de Lutero como um representante da burguesia em ascensão ou defensor de uma

educação direcionada apenas ao segmento social mais abastado daquele contexto.

Para Aníbal Ponce, em sua obra *Educação e Luta de Classes*, (1991), Lutero é, no campo educacional, um intérprete dos interesses da classe burguesa alemã em ascensão. Diz o autor:

Mas, se Lutero foi um dos primeiros a afirmar que a instrução constituía uma fonte de riqueza e de poder para a burguesia, também não é menos certo que ele nem de longe pensou em estender esses benefícios às massas populares. As multidões miseráveis inspiravam-lhe ao mesmo tempo desprezo e temor. Empregava para designá-las uma expressão pitoresca – Herr Omnes – isto é, ‘o senhor todo mundo’. Não se pode brincar muito com o senhor todo mundo, escreveu ele. Deus instituiu as autoridades porque deseja que haja ordem aqui na terra. (PONCE, 1991, p. 120).

Ponce destaca que a intenção do reformador era, portanto, educar a abonada burguesia e não desprezar as classes desfavorecidas, proporcionando-lhes apenas o catecismo luterano. No entanto, sua interpretação necessita de uma clara contextualização das palavras de Lutero, suscitando perguntas como: Que situação a Alemanha estava vivenciando? Contra quem Lutero falava? Existe a possibilidade de situá-lo em uma luta de classes?

A abertura ideológica que a Reforma Protestante proporcionara trouxe uma nova compreensão aos camponeses alemães sobre a liberdade cristã que, com esse entendimento, passaram a levantar exigências de caráter socioeconômico. A partir de então, a Alemanha experimentou o auge de uma série de rebeliões ocorridas na Europa desde o final da Idade Média.

Nos anos anteriores, a pregação de Lutero havia se dirigido contra a Igreja, a nobreza e os príncipes. Em 1520, publicou uma carta, *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca de Melhoria do Estamento Cristão*, onde tratou de “[...] questões políticas, jurídicas, econômicas e financeiras, chegando ao ponto de conclamar a uma

ampla secularização de bens eclesiásticos.” (LUTERO, 1995, v. 2, p. 277). Além disso, a livre interpretação do texto bíblico, princípio inicial da Reforma, guiou os camponeses a uma nova compreensão da exploração a que estavam submetidos.

Diante da acusação de incitar as rebeliões e, na intenção de dissociar sua pregação do que vinha acontecendo, Lutero, em princípio, admoesta os dois lados à paz, dando a entender à nobreza que a agitação era obra de Deus para castigar um regime soberbo, explorador e opressivo. Porém, quando a guerra civil chegou a chacinas de famílias inteiras por parte dos camponeses e à devastação de castelos, aldeias e igrejas, Lutero posicionou-se contra os camponeses, escrevendo em 1521 uma carta intitulada *Contra as Hordas Salteadoras e Assassinas* (1995, v. 6, p. 330), legitimando a morte dos revoltosos. Quando pediu clemência para os vencidos, não mais foi ouvido e a caçada aos camponeses foi impiedosa.

As palavras de Lutero, citadas por Ponce, estão situadas em meio a esse contexto social, no qual o reformador atribuiu às autoridades o poder de reorganizá-lo. Para o reformador, a ordem divina precisava ser estabelecida, aqui na terra, através das autoridades constituídas. Seu pensamento era religioso e a ética a ser estabelecida obedecia a uma “vontade divina”.

A inclusão das massas no projeto educacional de Lutero

Ao traduzir o Novo Testamento do grego para o alemão, Lutero deu início ao projeto de leitura da Bíblia pelo povo em sua própria língua. Mas como este fato se concretizaria se a maioria das pessoas não sabiam ler? Como já foi dito, o reformador responsabilizou as autoridades públicas pela criação de escolas. Diz ele sobre a necessidade da manutenção de professores na carta de 1524:

[...] a necessidade obriga mantermos educadores comunitários para as crianças, a não ser que cada qual queira manter um em particular. Isso, porém, seria oneroso demais para um simples cidadão, e uma vez mais muitos excelentes meninos seriam prejudicados por serem pobres (LUTERO, 1995, v. 5, p. 308).

Percebe-se que, ao responsabilizar os governantes pela educação que deveria ser comunitária, Lutero tem em mente as crianças pobres cujos pais não podiam manter um professor particular. É a partir do seu projeto que a educação passou a ser popularizada na Alemanha.

Em 1549, na Dieta de Augusta, decretada pelo imperador Carlos V, encontramos nas palavras daquele governante as consequências do projeto iniciado por Lutero, ou seja, a consciência da educação como fundamento do próprio Estado:

As escolas são viveiros não somente de prelados e de ministros da Igreja, mas também de magistrados e de quantos com seus conselhos governam a cidade; e se elas são negligenciadas ou se corrompem, inevitavelmente, as Igrejas e os Estados estarão em perigo: portanto, é preciso ter muito zelo em instruí-las. (MANACORDA, 2004, p. 199).

No pensamento educacional de Lutero, encontrava-se a presença de uma nova consciência que começava a florescer: todos agora podem ser, não apenas governados, mas também governantes. Ainda que justificando teologicamente seu posicionamento, Lutero coloca a educação como um instrumento para a ascensão social:

Encontrarás advogados, doutores, conselheiros, escrivães, pregadores que, em geral, eram pobres e que, seguramente, todos foram estudantes que subiram e cresceram a tal ponto de agora serem senhores, como diz o salmo e que, como príncipes, ajudam a governar as nações e os povos. Deus não quer que reis, príncipes, senhores e nobreza por nascimento governem e sejam donos sozinhos. Quer que também seus mendigos participem. Do contrário, irão pensar que somente o nascimento nobre faz senhores e governantes, e não Deus somente (LUTERO, 1995, v. 5, p. 317).

Lutero, como também outros colaboradores da Reforma, usa os termos de Platão, que falava do privilégio enquanto direito dos que já nascem privilegiados, não para reforçá-lo, mas para desmenti-lo, contribuindo com o declínio que já experimentava a compreensão medieval da sociedade enquanto organização estática.

Representando bem o espírito inovador do renascimento no campo religioso, Lutero desafia seus contemporâneos para uma educação de responsabilidade do Estado, desatrelando-a da igreja católica e popularizando-a, de forma que esta fosse acessível a todas as crianças. Em seu projeto, meninos e meninas deveriam ser educados, ainda que a partir de modelos e propósitos diferentes.

Gênero e educação em Lutero

Se para os homens o período medieval foi marcado pelo difícil acesso à educação, para as mulheres as possibilidades educacionais foram mais escassas ainda. No entanto, a educação feminina não ficou completamente esquecida nesse período. A partir do século VI, alguns mosteiros passaram a recebê-las, e é de lá que são ouvidas, através da escrita religiosa que lhes era permitida, as místicas, santas e abadessas de renome.

Se no campo as mulheres permaneceram analfabetas, no castelo as meninas nobres receberam alguns rudimentos de gramática, latim, aritmética, o que lhes permitiram a escrita epistolar e é de lá que temos “[...] os primeiros textos de mulheres e suas obras literárias.” (DUBY; PERROT, 1990, p. 8). Seus rostos individualizados começaram a surgir nas obras de Shakespeare, Racine, Balzac e Henry James. Suas palavras proferidas em motins, manifestações e alvoroços passaram a ser registradas cada vez mais, ainda que pelos “guardiões da ordem”, no dizer de Duby e Perrot (1990).

Em meio a esse contexto que já experimentava sucessivas transformações no que se refere à projeção social feminina, Lutero, no século XVI, propõe uma educação pública também para meninas. Porém, se por um lado a sua proposta é inovadora, por outro, ela é reflexo de uma sociedade marcada pela divisão de papéis entre homens e mulheres. Dizia ele:

Mesmo que não existisse alma e não se precisasse das escolas e línguas por causa de Deus, somente isso já seria motivo suficiente para instituir as melhores escolas tanto para meninos **como para meninas** em toda parte, visto também que o mundo precisa de homens e mulheres excelentes e aptos para manter seu estado secular exteriormente, para que então os homens governem o povo e o país, e **as mulheres possam governar bem a casa e educar bem os filhos e a criadagem**. (LUTERO, 1995, v. 5, p. 318, grifo nosso).

A proposta luterana reflete o quadro social de uma época que atribuía distintos papéis a serem cumpridos por homens e mulheres. Os campos onde podiam operar a mulher e o homem já estavam precisamente determinados: a mulher era dirigente do lar, o homem da sociedade, e ambos seriam educados a partir desses modelos. Se o objetivo da educação de meninas era torná-las boas dirigentes do lar, então não era preciso que elas passassem na escola mais do que uma hora diária.

A partir dessa compreensão, enquanto Lutero sugere que os meninos passassem duas horas por dia no espaço escolar, quando se trata do tempo das meninas, ele o reduz pela metade: uma hora seria suficiente: “Os meninos devem ser enviados a estas escolas diariamente por uma ou duas horas [...] Também uma menina pode dispende diariamente uma hora para ir à escola...” (LUTERO, 1995, v. 5, p. 320). As palavras “devem” quando se trata da educação dos meninos e “podem”, quando se trata da educação das meninas, parece sugerir que, enquanto a primeira constituía-se um dever, a segunda parecia mais uma sugestão que poderia ser acatada ou não.

Quanto ao conteúdo da educação feminina, Lutero dizia: “Queira Deus que cada cidade tivesse também uma escola de meninas, na qual elas ouvissem o evangelho uma hora por dia, seja em alemão ou latim”. No seu entendimento, o simples aprendizado do evangelho seria o suficiente para que uma mulher dirigisse bem o lar, educasse os filhos e a criadagem.

Na primeira parte do já citado sermão *Uma prédica para que se mandem os filhos à escola*, de 1530, Lutero trata da formação de pessoas para o exercício dos cargos clericais da nova igreja: pastores, professores, pregadores, leitores, sacerdotes, sacristãos e mestres escolas; porém, todos estão explicitamente colocados no gênero masculino, permanecendo o púlpito da igreja luterana como o da católica, ou seja, universo de domínio masculino.

Martinho Lutero faleceu em 1546, no dia 18 de fevereiro, aos 62 anos. Em 1555, o Imperador alemão reconheceu a existência de duas confissões na Alemanha: a Católica e a Luterana. Sua influência foi decisiva não apenas no campo religioso, mas também no estabelecimento de um sistema escolar protestante no século XVI na Alemanha, que se tornou o início da educação pública enquanto responsabilidade do Estado. À consolidação de suas ideias dedicaram-se amigos seus, também reformadores e humanistas, como Filipe Melanchton, responsável pela criação de numerosos colégios secundários não só nos estados alemães, mas também em várias partes da Europa, e Johannes Bugenhagen, que trabalhou no estabelecimento da escola primária na Alemanha. Ambos contribuíram, também, de forma significativa, para a composição curricular da escola reformada.

Considerações finais

De um movimento de caráter religioso, a Reforma Protestante alcançou várias áreas da vida na Alemanha, inclusive a educação. A contribuição de Lutero, a partir da tradução da Bíblia para a língua alemã, objetivando a leitura da mesma por todos, foi concretizada a partir do estabelecimento de um sistema educacional de responsabilidade do Estado. Para o reformador, todos deveriam saber ler a Bíblia em seu próprio idioma e, ao lado de cada igreja, deveria ser construída uma escola.

No pensamento luterano, a escola deveria ser alegre, onde as crianças aprenderiam também a partir de brincadeiras. O conteúdo principal era a Bíblia e os princípios cristãos. Constatou-se que a inclusão escolar também significava para o reformador o suprimento de pessoas qualificadas para a atuação nas diversas áreas da sociedade, bem como o preparo destas para o correto acúmulo de bens. Nesse ponto, concluímos que o pensamento de Lutero, apesar de tratar do acúmulo de riquezas, não pode ser situado no interior de uma luta de classes e que, colocá-lo como defensor da emergente burguesia alemã do século XVI é negar o contexto histórico-social e religioso de suas intenções.

Constatou-se que a responsabilização da educação pelo Estado no projeto luterano visava especialmente a inclusão de crianças cujos pais não podiam manter financeiramente um professor particular. Percebeu-se, ainda, que, na argumentação de Lutero, ao lado da intervenção estatal, foi reclamada a responsabilização dos pais, que, segundo ele, deveriam cooperar, enviando seus filhos à escola. Em relação à inclusão da mulher na educação escolar, observou-se que o incentivo a educação de meninas, ainda que desigual em número de horas, quando comparado a dos meninos, e contrastante nos objetivos para esses dois grupos, constitui-se um importante passo na escolarização das mulheres.

No diálogo com a contemporaneidade, pode-se dizer que, para além de anacronismos, as propostas educacionais de Lutero para a Alemanha da sua época continuam suscitando reflexões. No contexto brasileiro, por exemplo, em meio a um Estado que se retira cada vez mais das políticas públicas sociais, sendo a educação um dos campos mais atingidos por este esvaziamento, a luta pela escola pública e de responsabilidade do Estado permanece atual. Também a denúncia de Lutero sobre a desvalorização do trabalho docente no seu tempo poderia muito bem ser aplicada à contemporaneidade brasileira. Ainda se constituem parte do cotidiano de professores e professoras as lutas contra cargas horárias excessivas de trabalho, baixos salários e a constante ameaça de uma aposentadoria cada vez mais tardia.

Também as interdições impostas pela Reforma Protestante à livre interpretação do escrito, bem como os filtros utilizados na formação da biblioteca reformada, sinalizam para a historicidade da não neutralidade do currículo. Transpondo o pensamento de Lutero sobre as diferenças no programa educacional direcionado a meninos e meninas, podemos ainda pensar na constante proposta de formação identitária pela escola a partir de uma rígida compreensão de gênero. Enfim, essas são apenas sucintas reflexões que mostram traços do pensamento educacional de Lutero e sua contribuição para uma análise crítica do presente e a superação de permanências.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). *História da vida privada II: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BOTO, Carlota. *A liturgia escolar na idade moderna: cultura em classes, por escrito*. Campinas: Papius, 2017.

CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1988.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres: a antiguidade*. Porto: Afrontamento, 1990. v. 1.

GILMONT, Jean-François. Reformas protestantes e leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*, v. 2. São Paulo: Ática, 1999. v. 1. p. 47 – 67.

LUTERO, Martinho. *Livro de concórdia: as confissões da Igreja Evangélica Luterana*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1980.

_____. À nobreza cristã da nação alemã. 1520. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 2. p. 277-340.

_____. À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão, 1520. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. 1524. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 2. p. 277-240.

_____. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que se criem e mantenham escolas cristãs. (1524). In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 5. p. 302-325.

_____. Contra as hordas salteadoras e assassinas. 1525. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Tradução Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 6. p. 330-336.

_____. Grande sermão sobre a usura. 1520. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 5. p. 219-235.

_____. Pequeno sermão sobre a usura. 1519. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 5. p. 205-218.

_____. Uma prédica para que se mandem os filhos à escola. 1530. In: *Martinho Lutero obras selecionadas*. Tradução Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. v. 5. p. 374 - 428.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. Tradução e notas Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução Gaetano Lo Mônaco. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução José Severo de Camargo Pereira. 11. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1991.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WORTMANN, Klass. *Religião e ciência no renascimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Data de submissão: 18/10/2019

Data de aprovação: 10/11/2019